

XVI SEMINÁRIO
DE INTEGRAÇÃO

25 E 26
OUTUBRO
de 2017

DO GLOBAL AO LOCAL: O PODER DAS ESCALAS SOBRE O TERRITÓRIO



Indicadores Sociais do Município de São João da Barra: o que Mudou com a Implantação do Complexo Portuário do Açú

Gisele Aquino Gomide Tramont¹

Irenice Aparecida Nunes de Sousa Deodato²

Valdir Júnio dos Santos³

Grupo de Trabalho: ST4. Trabalho e Emprego: desenvolvimento e crise

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o impacto da implantação do Complexo Portuário do Açú (município de São João da Barra / Norte Fluminense – RJ) nos indicadores sociais e no mercado de trabalho formal. A dinamização esperada foi amplamente defendida pela classe política regional por considerar que a construção do porto traria prosperidade e dinamismo econômico para a região, principalmente na geração de postos de emprego, rompendo com dinamização local associada principalmente à agropecuária, ao setor de serviços e ao recebimento de royalties do petróleo. A metodologia utilizada fez uso de fontes secundárias dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

Palavras-Chave: Mercado de trabalho. São João da Barra. Complexo Portuário do Açú.

Abstract

The objective of this paper is to analyze the impact of the implementation of the Açú Port Complex (São João da Barra / Norte Fluminense municipality) in social indicators and in the formal labor market. The expected dynamism was widely defended by the regional political class because it considered that the construction of the port would bring prosperity and economic dynamism to the region, mainly in the generation of job posts, breaking with local dynamism associated mainly agriculture and livestock, service sector and the reception of oil royalties. The methodology used made use of secondary sources of data from the General Register of Employed and Unemployed Persons (CAGED), the Annual Report on Social Information (RAIS), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the State Court of Rio of January (TCE-RJ).

Keywords: Labor market. São João da Barra. Açúcar Port Complex.

¹Mestranda em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, UCAM – Campos/RJ.

²Mestranda em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, UCAM – Campos/RJ.

³ Professor do Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, UCAM – Campos/RJ

Introdução

São João da Barra é um município geograficamente localizado no Norte-Fluminense, interior do estado do Rio de Janeiro e tem como cidades vizinhas Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana. Trata-se de um município que, até os anos de 1970, assim como as demais cidades do Norte Fluminense, tinha como atividade predominante a agroindústria do açúcar. Com o declínio da atividade sucroalcooleira na região, São João da Barra passou a viver basicamente da indústria de bebidas e alimentos e alguns serviços como o turismo.

O município de São João da Barra é marcado por dois movimentos que dinamizam seus projetos de desenvolvimento. O primeiro fortemente articulado à descoberta do petróleo na Bacia de Campos no final dos anos 1970, com possibilidades reais de dinamismos com o recebimento de royalties e participações especiais. O segundo, já em meado dos anos 2000, com o projeto de implantação do Complexo Portuário do Açúcar.

Diante desse quadro, o objetivo do artigo é fazer uma análise do comportamento dos indicadores sociais frente aos “soluções de desenvolvimento”, analisando também o comportamento do mercado de trabalho com a instalação do Complexo Portuário do Açúcar.

A metodologia utilizada na elaboração deste artigo é baseada em pesquisa bibliográfica, levantamento de dados em fontes secundárias e análise. Como referenciais bibliográficos, foram utilizados artigos e dissertações que tratam sobre a história e as características do Norte Fluminense e de São João da Barra, o comportamento do mercado de trabalho frente à implantação do Complexo Portuário do Açúcar. Como fontes secundárias, foram utilizados dados do Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

O recorte temporal utilizado foi entre o período de 2002 e 2016, ou seja, a análise começa cinco anos antes do início das obras do Complexo Portuário do Açú e segue por dez anos após seu início, quando, de acordo com a opinião dos autores deste artigo, é possível verificar os reflexos nos indicadores sociais e econômicos de São João da Barra, pois o porto já se encontra em funcionamento, embora não esteja utilizando sua capacidade total. Em alguns casos, fez-se necessária a análise de dados a partir dos anos 1990.

Contexto Histórico de São João da Barra – da Fundação até os Dias Atuais

Os primórdios fundacionais do município de São João da Barra estruturam-se em um povoado que pertencia à capitania de São Tomé tendo como donatário Pero de Góis da Silveira que povoou a região edificando a Vila da Rainha, porém foi abandonada após sofrer inúmeros ataques dos índios goitacás. A história conta que, no ano de 1622, um grupo de pescadores deixou Cabo Frio e criou uma pequena aldeia, onde hoje se encontra erguida a Igreja de Nossa Senhora da Penha em Atafona. Oito anos depois, os pescadores se deslocaram e fundaram o povoado de São João Batista da Paraíba do Sul, onde hoje está localizada a Igreja Matriz de São João Batista, na sede do município. Em 1677, o povoado tornou-se a vila de São João da Praia. (TCE-RJ, ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, 2016 e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA, 2017)

No século XVIII, o transporte fluvial ganhou força devido ao movimento expressivo de seu porto, que escoava a produção da região para o mercado nacional, principalmente a produção açucareira para Salvador, Bahia. No século XIX, o porto de São João da Barra crescia em importância, dinamizando essa pequena Vila tanto nos ramos do comércio (que se intensificou), na dinâmica populacional, na maior circulação de capital e no seu desenvolvimento urbanístico. Esse desenvolvimento fez com que o imperador Dom Pedro II elevasse a vila à categoria de cidade, em 17 de junho de 1850, com o nome de São João da Barra. (TCE-RJ,

ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, 2016 e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA, 2017)

Já no século XX, a Companhia de Navegação da cidade foi vendida devido à forte concorrência por parte de outros portos que possuíam capacidade muito maior e devido ao assoreamento da foz do rio Paraíba do Sul que se intensificou. São João da Barra só não entrou em colapso total devido à agroindústria sucroalcooleira e ao surgimento da Indústria de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho. (TCE-RJ, ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, 2016 e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA, 2017)

No final dos anos 1970, a cidade volta a se desenvolver graças à descoberta de Petróleo na Bacia de Campos. São João da Barra, por ser município limítrofe com os campos produtores de petróleo, passa a receber royalties, tornando-se definitivamente produtor a partir dos anos 2000. (TCE-RJ, ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, 2016)

O potencial indenitário do município de São João da Barra articula-se em torno da dinâmica de veraneio e da fabricação do Conhaque de Alcatrão. Ao longo dos anos, São João da Barra esteve à sombra de Campos dos Goytacazes, que é considerado um município polarizador de toda a Região Norte Fluminense. A partir dos anos 2000, quando a ideia do Complexo Portuário do Açú começa a se tornar realidade não só para São João da Barra, mas também para os demais municípios da região, passou-se a ter a perspectiva de que o porto iria transformar o município e a região e iria contribuir na estrutura da indústria do petróleo.

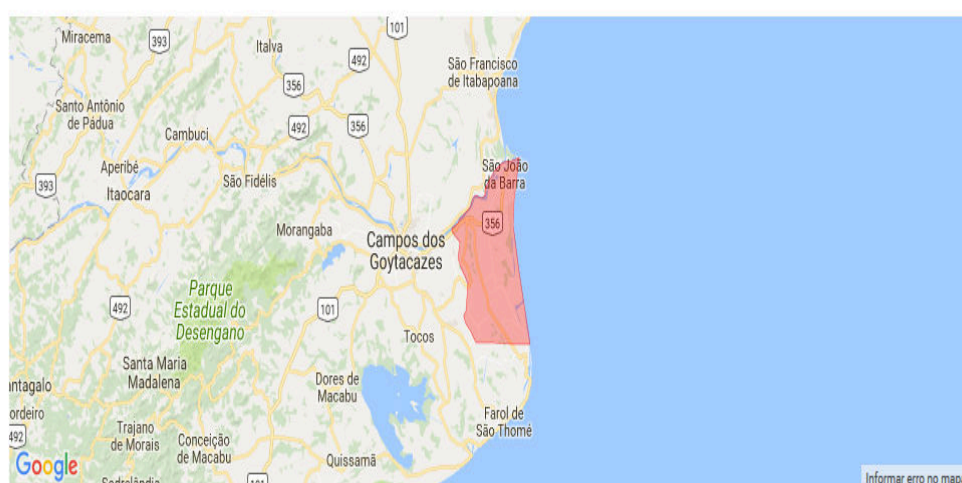
São João da Barra pertence à mesorregião do Norte Fluminense, que é composta também pelos seguintes municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana, este último emancipado de São João da Barra em 1995.

Os dados mais atualizados informam que o município de São João da Barra possui área territorial de 455.044km², correspondendo a 4,7% da área total da Região Norte Fluminense, de acordo com dados de 2015. Possui população de aproximadamente 32.747 habitantes, conforme o censo de 2010, cuja densidade demográfica era de 71,96 habitantes por quilômetro quadrado. Para 2016, a

estimativa era de 34.884 habitantes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016)

Segundo Rangel (2012, p. 49), São João da Barra é um município com uma vasta área rural com uma grande atividade agropecuária. Possui 36 km de praias e, ao longo dos anos, se tornou um balneário bastante frequentado no período de verão. Possui sete aglomerados urbanos, totalizando uma área de 15,19 km².

Figura 1: Mapa do Estado do Rio de Janeiro com localização do Município de São João da Barra.



A Configuração do Mercado de Trabalho no Norte Fluminense e em São João da Barra.

Como já mencionado anteriormente, até meados dos anos 1970, a dinâmica econômica, social e política do Norte Fluminense era monopolizada pelas elites da agroindústria sucroalcooleira e da agropecuária, liderados por um grupo da elite açucareira. Durante esse período, buscou-se a modernização dos processos e o desenvolvimento da região, mas, segundo Cruz (2004), de forma limitada, contraditória e confusa, o que culminou na derrocada da região, pois como não seguiu as tendências da cadeia produtiva e continuou focando apenas na produção de açúcar cristal, perdeu terreno no mercado regional e nacional, o que também gerou alto índice de desemprego, tornando o mercado de trabalho da região precário

e dominado pelo trabalho informal e por subempregos, aumentando o nível de pobreza e exclusão social.

A partir de meados dos anos 1970, com o início da exploração de petróleo na Bacia de Campos, abre-se uma nova perspectiva não só para Campos dos Goytacazes e Macaé, mas também para os demais municípios da região. Segundo Piquet et al (2016, p. 202), o Norte Fluminense:

Era uma região até então dominada pela produção açucareira, com mercado de trabalho caracterizado pelo baixo nível de exigência quanto à qualificação da mão de obra que empregava e pelos poucos efeitos multiplicadores nos demais setores econômicos regionais, é natural que a chegada em seu território da mais importante empresa brasileira – a Petrobras – viesse a despertar as esperanças de início de uma nova etapa no desenvolvimento regional, abrindo a perspectiva de um mercado de trabalho menos restritivo do que o até então existente.

Além da perspectiva do aumento de postos de trabalho e de investimentos na região, segundo Cruz (2004, p. 92):

Com a Constituição de 88 e o novo pacto federativo, os municípios ganham centralidade na intermediação de recursos e na execução de políticas públicas. Há um aumento significativo no repasse dos recursos às administrações locais (...). No norte fluminense, a esses recursos somam-se os *royalties* que começam a ser repassados às prefeituras no início de 1987.

Embora São João da Barra não fosse considerado, no início, um município produtor de petróleo (somente a partir dos anos 2000), este também passou a receber royalties e participações especiais e viu nesse segmento possibilidades de desenvolvimento, sendo seu ápice entre os anos de 2010 e 2014, quando essas cifras ultrapassaram os R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e de acordo com Rangel (2012, p. 58,59):

A economia do município de São João da Barra somente não entrou em depressão graças às rendas oriundas dos royalties de petróleo, que cresceram abruptamente a partir do ano de 2008 (...). As rendas oriundas dos royalties de petróleo permitiram que a prefeitura do município pudesse efetuar despesas que absorveram grande parte dos desempregados, atuando ainda com incentivos sociais.

Porém, antes desse *boom* dos royalties, de acordo com Oliveira, Henrique e Givisiez (2010, p. 76), São João da Barra, ainda no início dos anos 1990, tinha sua dinâmica de emprego formal alicerçada nas atividades rurais, indústria de produtos

alimentícios e de bebidas e álcool etílico. A partir de meados da década de 2000, com a perspectiva do início da construção do Complexo Portuário do Açú, abrem-se novas possibilidades para a região, inclusive da geração de empregos formais e, com o início das obras em 2007, começaram a aparecer os primeiros reflexos nos setores de construção civil e no de serviços de alojamento e alimentação.

O Complexo Industrial Portuário do Açú

Segundo Pessanha et al (2014, p. 158), o Brasil, após a estabilização da moeda, nos anos 1990, passou a vislumbrar não apenas o crescimento econômico absoluto, mas também a possibilidade de um desenvolvimento regional desconcentrado, e o Estado começou a distribuir o eixo de investimento para regiões até então não contempladas e relegadas pelo mercado e pelos governos centrais, e, ainda de acordo com os autores, a implantação do Complexo Portuário do Açú se deu em um momento favorável da cíclica economia brasileira.

No final do primeiro semestre de 1999, começaram os estudos técnicos de engenharia visando verificar a viabilidade da construção de um terminal oceânico em São João da Barra. Em 1º de setembro de 2000, foram divulgados os primeiros resultados sobre a viabilidade do projeto e, conforme Pessanha et al. (2014, p. 165), “foi divulgado que se tratava de um projeto com custo estimado em US\$ 100 milhões, valor que seria rateado entre: governo estadual com até 33% de investimento, Petrobras que teria participação minoritária e empresas privadas, que construiriam pelo menos 51% do porto”.

De acordo com Pessanha et al. (2014, p. 167), a Petrobras e algumas empresas privadas que estavam envolvidas nesse empreendimento desistiram do investimento e, em 2004, a então governadora do estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, junto com o ex-governador do estado, Anthony Garotinho, que era membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (DCES), autorizaram repassar para o empresário Eike Batista o projeto do Porto do Açú e “em 2005 é fundada a MMX, empresa de mineração da EBX, que vai realizar em 2006 a primeira oferta pública de ações na BM&F Bovespa, momento em que consegue captar seus primeiros US\$ 500 milhões”(2014, p. 169) e em julho de 2007 são iniciadas as obras do Porto do Açú.

Apesar de todo o investimento no Porto do Açú, este sofreu um revés devido à crise instalada no país e, segundo Cruz (2016, p. 33),:

[...] a queda acentuada dos investimentos previstos para o NF, no período de 2014-2016 decorre da quebra do grupo EBX, responsável pelos investimentos no Porto do Açú em São João da Barra em 2013. Após um período de indefinições, retomou-se o projeto sob o comando do fundo de investimentos americano EIG, representado pela empresa Prumo S.A., com algumas empresas já operando e diversos investimentos sendo confirmados no início de 2014.

Conforme dados retirados do site da Prumo S.A., o Complexo Portuário do Açú já figura como o sétimo terminal privado em movimentação de cargas no país e, no ano de 2016, recebeu um total de 996 embarcações, e esta emprega direta ou indiretamente mais de 1.200 pessoas da região, e o Complexo Portuário do Açú, no total, atualmente emprega cerca de 4 mil pessoas (PRUMO LOGÍSTICA, 2017)

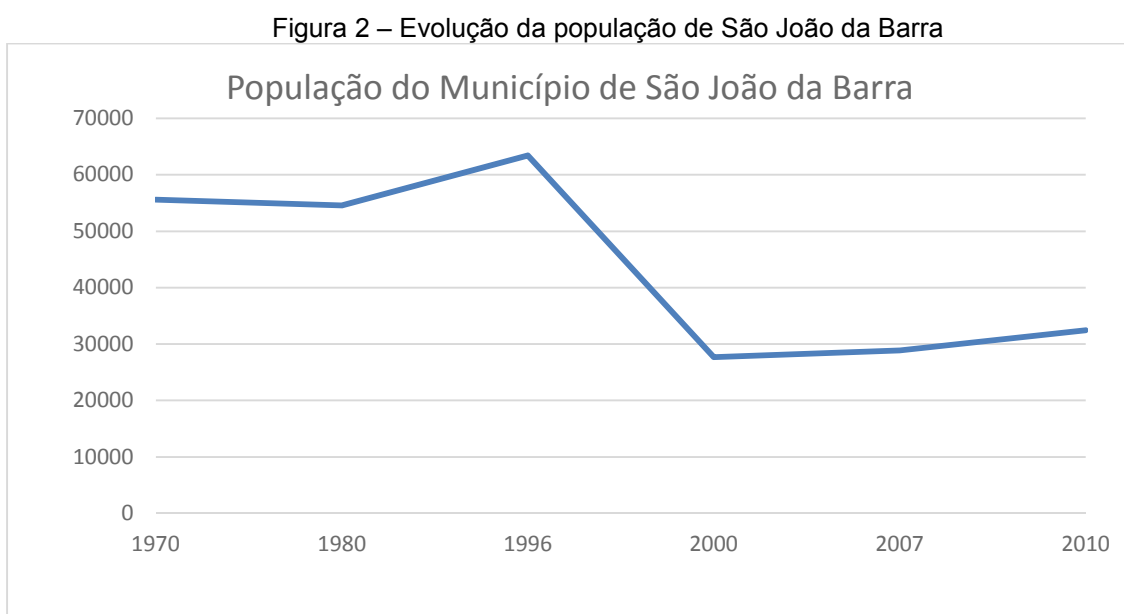
Porém, é preciso observar que empregos são esses gerados pelo porto e que benefícios esse empreendimento está trazendo para o município, pois, de acordo com Freitas e Oliveira (2010, p.6), “no contexto socioeconômico, a geração de emprego e aumento da população proporcionada pelo empreendimento, são impactos positivos mais observados durante a fase de execução dos serviços de construção do empreendimento, onde são realizadas obras civis e outros serviços aumentando o emprego formal”.

Panorama Social e Econômico de São João da Barra

Como o objetivo desse trabalho é analisar a configuração social do município de São João da Barra medida por meio da evolução do emprego formal e indicadores sociais frente às transformações ocorridas nos últimos 15 anos, faz-se necessário antes da análise dos dados mencionar os parâmetros utilizados.

Medir a qualidade de vida e o desenvolvimento social, econômico, político vem adquirindo cada vez mais importância à medida que essas informações se tornam acessíveis aos governos e populações. No início da história da evolução dos indicadores, predominavam os indicadores econômicos como o PIB per capita, porém, esse indicador mostrava-se cada vez menos apropriado como medida representativa do bem-estar social. Jannuzzi (2012, p. 13).

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário analisar como ponto de partida o crescimento populacional de São João da Barra para correlacionar com desenvolvimento econômico e, com isso, a melhoria de vida da população.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

De acordo com o gráfico, é possível verificarmos que a população do município de São João da Barra sofreu um declínio considerável entre 1996 e 2000 devido à emancipação do então município de São Francisco do Itabapoana. Em 2002, ano que inicia a análise deste artigo, a população ainda se mantém em nível estável após a emancipação e começa a crescer novamente a partir de 2006 influenciado pelo início das obras do Complexo Portuário do Açú.

Tabela 1- Relação entre população e estoques de emprego em São João da Barra (2006-2015)

Ano	População	Emprego	%
2006	28.775	3.994	13,9
2007	28.889	4.360	15,1
2008	30.348	5.312	17,5
2009	30.595	5.715	18,7

2010	32.747	7.397	22,6
2011	33.136	8.426	25,4
2012	33.512	8.873	26,5
2013	33.951	9.891	29,1
2014	34.273	10.415	30,4
2015	34.583	10.449	30,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS (MTE) do IBGE.

Tabela 2- Estrutura setorial do emprego formal, conforme setores de atividades econômica do IBGE no município de São João da Barra (2002-2015)

	2002	%	2007	%	2015	%
1 - Extrativa mineral	4	0,13	4	0,09	214	2,05
2 - Indústria de transformação	489	15,51	467	10,71	1464	14,01
3 - Serv. industriais de utilidade pública	3	0,10	0	0,00	0	0,00
4 - Construção Civil	78	2,47	592	13,58	2068	19,79
5 - Comércio	349	11,07	478	10,96	945	9,04
6 - Serviços	294	9,33	479	10,99	1921	18,38
7 - Administração Pública	1 742	55,27	2 129	48,83	3730	35,70
8 - Agropec., ext. vegetal, caça e pesca	193	6,12	211	4,84	107	1,02
Total	3152	100	4360	100	10449	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Como pode ser observado na Tabela 1, a população de São João da Barra apresenta um crescimento, a partir de 2008, em termos percentuais, de 5%, enquanto que no mesmo período houve um aumento significativo de 17,5% no estoque de empregos provenientes do aumento no setor de construção civil e de serviço, conforme poderá ser observado na Tabela 2, devido ao início das obras de implantação do Complexo Portuário do Açú.

No ano de 2014, conforme a Figura 3, o município apresentou o maior PIB per capita do estado do Rio de Janeiro no valor de R\$ 258.723,38. Esse vultoso recurso esteve altamente articulado ao setor petrolífero. Os empregos tiveram um crescimento de 30,4% fortemente impulsionados pelas oportunidades surgidas a partir da retomada das obras e do início das operações no porto.

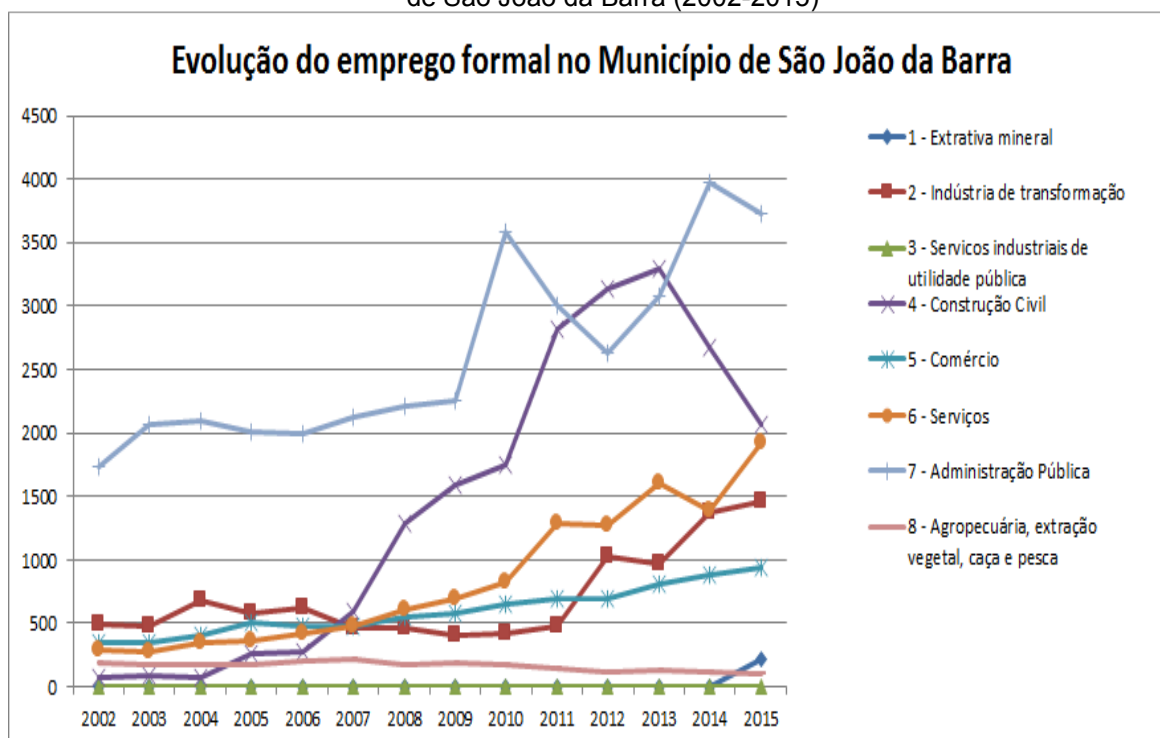
Figura 3 - Ranking do PIB per capita no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2014

SÃO JOÃO DA BARRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1º	São João da Barra	258.723,38
2º	Quissamã	205.560,24
3º	Porto Real	172.606,41
4º	Armação dos Búzios	130.762,36
5º	Campos dos Goytacazes	120.693,92

Fonte: IBGE, 2017

Figura 4 - Evolução do emprego formal nos setores de atividades econômicas no Município de São João da Barra (2002-2015)

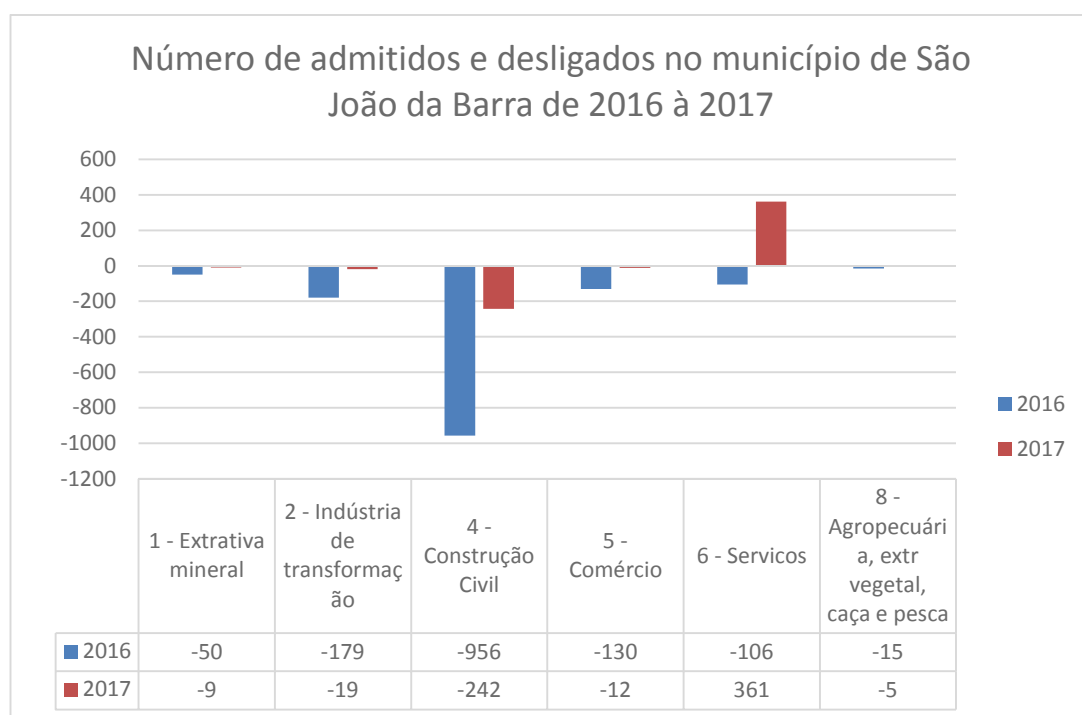


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS (MTE)

A análise estrutural dos setores do mercado de trabalho em São João da Barra, por meio da Figura 4 e das Tabelas 1 e 2, demonstra que o município possuía, em 2015, uma população de 34.583 habitantes e, destes, 10.449 eram trabalhadores com vínculo, o que representava, nesse ano, que 30,2% da população possuía registro na carteira de trabalho. A economia municipal está fortemente ligada aos setores de administração pública, serviços, construção civil e indústria de

transformação que representavam, no ano de 2015, 87,88% dos empregos formais no município, destes 35,70% provenientes da administração pública. Percebe-se, ainda, um aumento significativo de postos de trabalho nos setores de serviços e construção civil a partir de 2007, ano em que se iniciaram as obras do porto.

Figura 5: Variação entre admissão e demissão no emprego formal por setores do IBGE



Fonte: CAGED (janeiro de 2016 até maio de 2017)

Tabela 3-Estrutura setorial do emprego formal, conforme setores de atividades econômica do IBGE no município de São João da Barra (2016-2017 conforme CAGED)

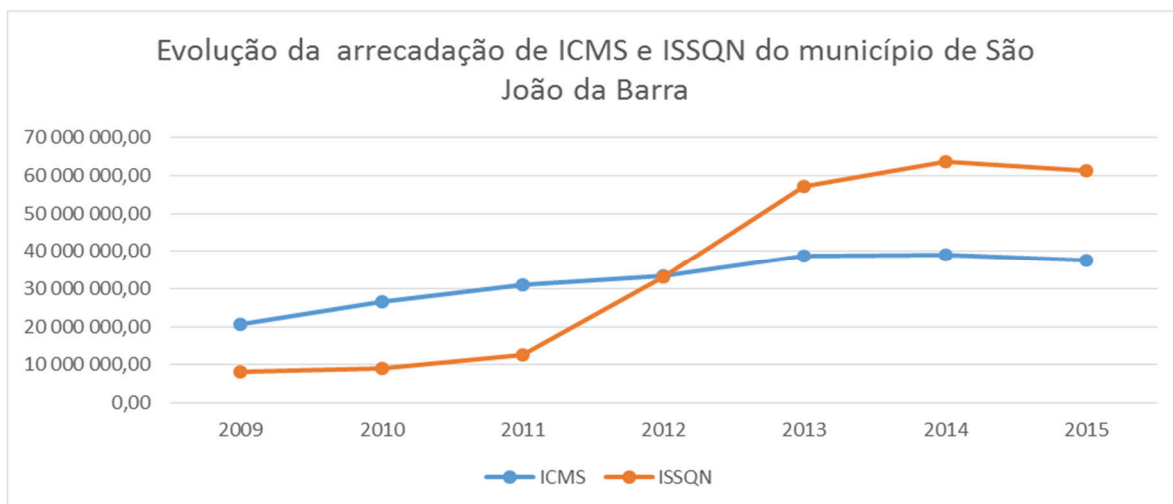
São João da Barra	2016	2017
1 - Extrativa mineral	60	21
2 - Indústria de transformação	655	201
4 - Construção Civil	3202	536

5 - Comércio	472	202
6 - Serviços	1170	835
8 – Agropec., extr. vegetal, caça e pesca	43	11

Fonte: CAGED (janeiro de 2016 até maio de 2017)

Pelas Figura 5 e Tabela 3, é possível verificar que o setor que mais apresentou baixa no emprego formal foi o de construção civil, tanto em 2016, com 956 demissões, quanto em 2017, com 242 demissões, em contrapartida, o setor de serviços nos primeiros meses de 2017 apresentou uma contratação de 361, o que pode significar o aumento de empresas prestadoras de serviços no município em função do porto.

Figura 6 - Arrecadação de ICMS e ISSQN do município de São João da Barra (2009-2015)

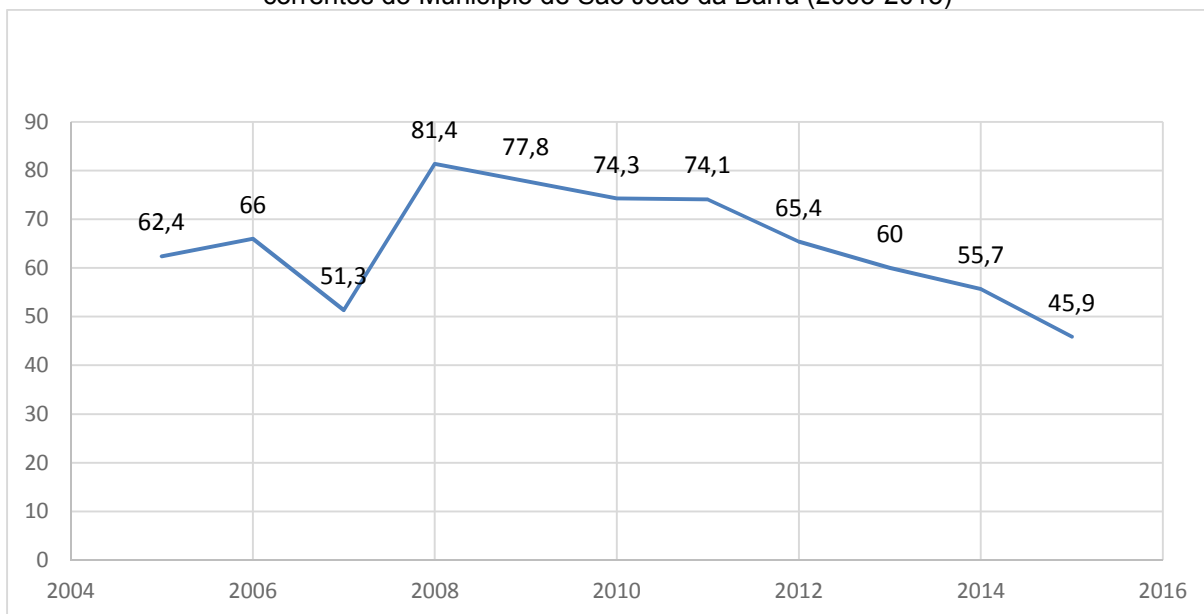


Fonte: TCE RJ, 2016

A Figura 6 mostra a evolução da arrecadação das receitas de ICMS e ISSQN do município desde 2009, quando o porto ainda estava em construção e sendo administrado pelo grupo EBX. Ambos os impostos apresentaram aumento de arrecadação, porém, o imposto sobre serviços, desde 2009, (o TCE-RJ não disponibilizou dados anteriores a 2009) apresentou a maior evolução nesse período,

principalmente entre 2011 e 2013, o que demonstra o impacto positivo da chegada do Complexo Portuário do Açú para os cofres de São João da Barra.

Figura 7 - Relação da dependência das rendas petrolíferas na arrecadação das receitas correntes do Município de São João da Barra (2005-2015)



Fonte: TCE RJ, 2016

Tabela 4 - Arrecadação das rendas petrolíferas no município de São João da Barra (2002-2016)

Ano	Royalties	Part. Especiais
2002	R\$ 5.125.955,15	R\$ 0,00
2003	R\$ 27.790.704,31	R\$ 2.904.311,86
2004	R\$ 31.820.819,08	R\$ 6.631.936,65
2005	R\$ 38.065.549,55	R\$ 6.545.588,19
2006	R\$ 46.378.044,37	R\$ 8.585.720,77
2007	R\$ 38.997.695,02	R\$ 6.951.065,88
2008	R\$ 79.193.445,45	R\$ 82.234.307,34
2009	R\$ 73.127.945,30	R\$ 95.201.180,14
2010	R\$ 98.323.180,62	R\$ 104.704.983,23
2011	R\$ 129.423.982,34	R\$ 122.090.622,65
2012	R\$ 114.120.821,55	R\$ 119.141.333,37
2013	R\$ 107.493.237,46	R\$ 121.295.978,56
2014	R\$ 126.233.541,62	R\$ 110.852.222,67
2015	R\$ 91.439.281,51	R\$ 67.763.032,22
2016	R\$ 64.043.647,63	R\$ 9.418.021,62

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Boletim Inforoyalties

Conforme apresentado anteriormente, no caso das finanças municipais, é nítida a dependência das rendas petrolíferas como demonstrado na Figura 7 e na Tabela 4. A partir de 2002, pode-se observar o aumento na arrecadação de royalties

e, em 2003, inicia-se o recebimento de participações especiais, que significaram quase o dobro da arrecadação do ano anterior.

No ano de 2007, há uma redução nesta dependência, provavelmente influenciada pelo início das obras de implantação do Complexo Portuário do Açú, e que é justificada pelo aumento da arrecadação de tributos também. Porém, a partir de 2008, com o aumento significativo na arrecadação das rendas petrolíferas, essa dependência torna-se muito elevada, representando 81,4% do total arrecadado.

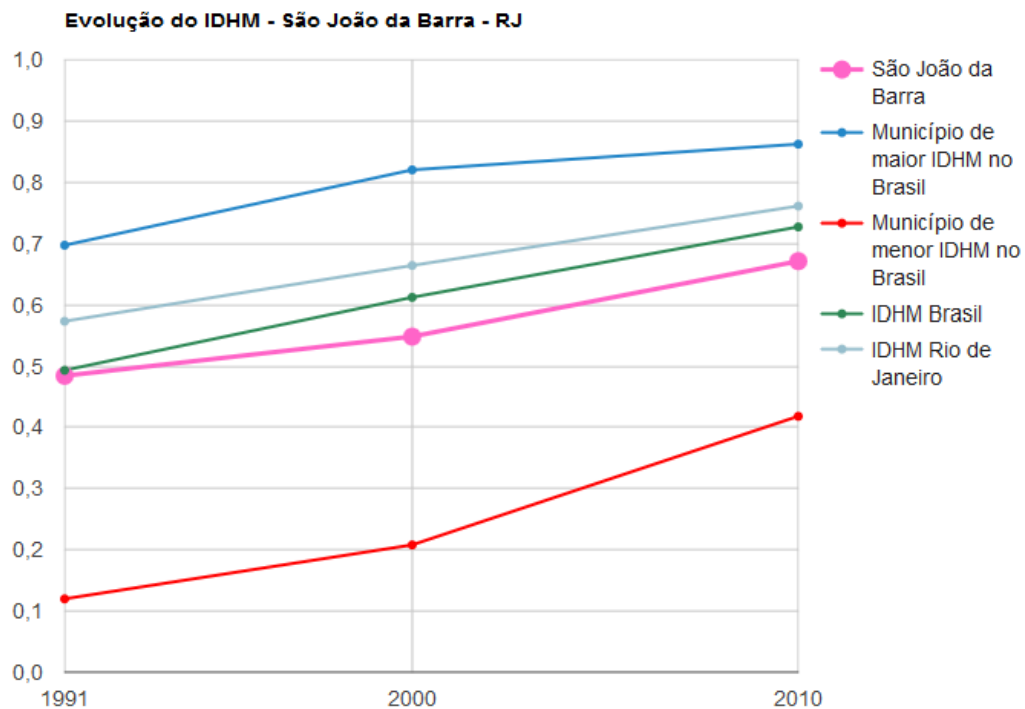
A inevitável queda de arrecadação das rendas petrolíferas a partir de 2015, devido à crise que se instalou no país a partir de 2014, o novo marco regulatório e a retomada das obras de início do funcionamento do Complexo Portuário do Açú, que incentivaram o aumento de arrecadação de receita própria, podem ser justificativas para os indicadores demonstrarem queda da dependência das rendas do petróleo.

Tabela 5- Indicadores sociais (IDHM, e Gini) no município de São João da Barra (1991- 2010).

Ano	IDH-M	Gini
1991	0,484	0,51
2000	0,548	0,50
2010	0,671	0,48

Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação CIDE- RJ.

Figura 6- Evolução do IDHM do município de São João da Barra (1991-2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Verifica-se que essa abundância na arrecadação tem influenciado positivamente nas condições de vida da população. A Tabela 5 e a Figura 6 permitem identificar que os indicadores sociais apresentaram melhoras significantes no desenvolvimento social do município. O IDH-M, que é um índice que mede o desenvolvimento humano municipal pela renda, longevidade e educação, passou de 0,548, em 2000, para 0,671, em 2010, apresentando uma taxa de crescimento de 22,45%, significando que a distância entre o índice e o limite máximo de 1 foi reduzido nesse período, porém, verifica-se que muito ainda precisa ser feito já que o município se encontra abaixo do IDH-M Brasil e da média do estado do Rio de Janeiro.

Por meio da análise do índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda e de renda per capita, estes apresentaram uma melhora nas últimas décadas representando uma diminuição na desigualdade dos rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos, em que a renda per capita média cresceu 111,52%, passando de R\$ 269,66, em 1991, para R\$ 570,38, em 2010. A diminuição da desigualdade de renda nesses períodos pode ser medida mediante o Índice de Gini, que passou de 0,51, em 1991, para 0,50, em 2000, e para 0,48, em 2010, o que significa uma melhora na desigualdade entre ricos e pobres no município de São João da Barra.

Conclusões

Sendo São João da Barra uma cidade que passou por mudanças significativas nos últimos anos, o presente trabalho buscou verificar se essas mudanças conseguiram melhorar os indicadores sociais e o mercado de trabalho formal nesse município.

Os resultados comprovaram a dependência orçamentária municipal em relação à arrecadação das rendas petrolíferas, porém, no contexto socioeconômico, houve um significativo aumento tanto no quantitativo populacional quanto no aumento de geração de empregos, ambos impulsionados pela implantação do Complexo Portuário do Açú. Porém, é preciso ressaltar que esse aumento no quantitativo de empregos foi apenas naqueles cargos que exigiam menores níveis de qualificação, como foi o caso da construção civil.

Inclusive, foi este o setor que mais foi impactado com as mudanças ocorridas na dinâmica municipal, de maneira positiva no início das obras de construção do porto e de maneira negativa no final, devido à dispensa dessa mão de obra pouco qualificada que não teria como ser absorvida para cargos que exigiam maior qualificação.

Embora índices como o IDH-M e Gini demonstrem que houve melhora no desenvolvimento humano e na renda per capita da população, de fato, quando observamos de perto o município de São João da Barra, é possível percebermos que tanto as rendas petrolíferas quanto a chegada do Complexo Portuário do Açú pouco trouxeram de real desenvolvimento para a cidade, visto que a população continua tendo acesso a empregos que exigem menores níveis de qualificação.

Dessa forma, concluímos que, apesar de alguns índices terem melhorado, ainda não foi dessa vez que o desenvolvimento tão esperado chegou a São João da Barra.

Referências bibliográficas

ATLAS do desenvolvimento humano. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 10/07/2017.

CRUZ, José Luiz Vianna. Dinâmica socioeconômica e territorial do estado do Rio de Janeiro contemporâneo. In: GERSCHMAN, Silvia ; SANTOS, Angela Moulin S. Penalva (Orgs). **Saúde e Políticas Sociais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016.

CRUZ, José Luiz Vianna. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense 1970-2000. In: PESSANHA, R. M. e SILVA NETO, R. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC, 2004.

DATAPEDIA. Disponível em: <www.datapedia.info>. Acesso em: 07/07/2017.

FREITAS, Bárbara Vieira; OLIVEIRA, Elzira Lúcia. Impactos socioeconômicos da construção do Complexo Portuário-Industrial do Açúcar sobre a população e o território de São João da Barra. **Revista de Geografia**, PPGeo, v. 1, n. 1, 2012.

FUNDAÇÃO CIDE. Disponível em: <www.cide.rj.gov.br>. Acesso em: 07/07/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01/07/2017.

JANNUZZI. Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alínea Editora, 2012.

OLIVEIRA, Elzira Lúcia; HENRIQUE, Gustavo; GIVISIEZ, Naves. Mercado de trabalho formal no Norte do Rio de Janeiro: Impacto da implantação do Complexo Portuário do Açúcar. **Petróleo, Royalties & Região – Inforoyalties**. Campos dos Goytacazes/RJ, ano 8, n. 30, dez. 2010.

PESSANHA, Roberto Moraes et al. A gênese do Complexo Logístico Industrial Porto do Açúcar: oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Norte Fluminense, **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 10, n. 2, p. 153-181, maio-ago. 2014.

PIQUET, Rosélia; TAVARES, Érica; PESSÔA, João Monteiro. Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 201-224, jan./abr.2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA. Disponível em: <www.sjb.rj.gov.br>. Acesso em: 29/06/2017.

PRUMO Logística. Disponível em: <www.prumologistica.com.br>. Acesso em: 02/07/2017.

RANGEL, Hevilmar Carneiro. **Complexo Portuário do Açu**: Impacto do Empreendimento no Município de São João da Barra. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <www.tce.rj.gov.br>. Acesso em: 29/06/2017.